



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dez de janeiro de dois mil e doze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que determine a leitura das Atas das Reuniões Ordinárias dos dias seis, e vinte de dezembro de dois mil e onze. Em votação, ambas foram aprovadas. O vereador José Guedes solicitou fosse corrigida a Ata do dia vinte de dezembro, fazendo constar Clemer Gouvêa e não Clemer Otero. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências: 1) Ofício Gab. nº 3585/2011 do Senhor Lafayette de Andrada, Deputado Estadual, Secretário de Estado de Defesa Social. Registra recebimento do Ofício 070/11 que solicita atenção aos plantões da Polícia em Nova Lima e informa que encaminhou o pleito ao setor competente visando atendimento; 2) Ofício dos servidores públicos fiscais da Prefeitura Municipal de Nova Lima que, por meio da Comissão de Fiscalização Municipal, manifestam aos vereadores profundo agradecimento pelo tratamento e solução das questões salariais da categoria. O Senhor Secretário informou que fará leitura dos ofícios que serão encaminhados ao prefeito, assinados pelos vereadores Marcelino Antônio Edwirges, Sandro Lima, José Raimundo Martins, Ailton Soares Amaral, Ronaldes Gonçalves Marques, José Guedes, Renato Faria Silva, Nélio Aurélio de Souza e Luciano Vitor Gomes. Esclareceu que se trata de solicitações da



Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas ao Presidente da Câmara para que envie ao prefeito pedido das seguintes informações: “A Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que estes subscreve vêm, nos termos do Regimento Interno desta Casa, requerer sejam solicitados do Prefeito Municipal: 1) Cópia dos contratos de publicidade institucional e propaganda governamental firmados pelo Município nos anos de 2009, 2010 e 2011, bem como as informações financeiro-contábeis inerentes ao mesmos; 2) Informações sobre eventual excesso de arrecadação registrado no exercício financeiro de 2011, com indicação das fontes de receita que ocasionaram tal evento; 3) Detalhamento sobre o programa de obras públicas planejado pelo Poder Executivo para execução orçamentária de 2012, tendo em vista que as dotações orçamentárias presentes no Projeto de Lei nº 1.174/2011 contém tão somente informações genéricas; 4) Informações acerca do total de créditos suplementares abertos no exercício de 2011, das respectivas dotações orçamentárias anuladas, indicando-se, outrossim, o valor total manejado; 5) Relação de prestadores de serviços que contrataram com o Município no ano de 2011, com indicação das datas, documentos e valores dos respectivos pagamentos e síntese dessas despesas por funções, sub-funções, projetos e atividades; 6) Versão integral da proposta orçamentária para o exercício de 2012 (Projeto de Lei nº 1.174/2011) em meio eletrônico para fins de melhor operacionalização da análise realizada por esta Casa da indigitada matéria; 7) Especificações acerca do superávit orçamentário registrado no exercício fiscal de 2011, especialmente as diferenças na receita e despesa previstas e realizadas geradoras desse resultado no balanço orçamentário, bem como os itens de despesa priorizados na execução orçamentária com tais recursos, apresentado-se, outrossim, a devida



comprovação; 8) Relatório acerca das despesas realizadas no exercício de 2011 à conta da rubrica reserva de contingência, com as devidas especificações e comprovações”. O Senhor Presidente comunicou que a Câmara encaminhará as correspondências ao Senhor Prefeito. O vereador José Raimundo Martins registrou que são solicitações de informações ao Prefeito Municipal feitas pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, endossadas por nove vereadores. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura dos pareceres: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.181/2011, que “Dispõe sobre critérios adicionais para a concessão de Alvará de Construção para unidades multifamiliares ou empreendimentos realizados por incorporadoras, consórcio, empresas de construção e afins e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.189/2011, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.130 de 02/12/2009, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sigla COMDIM, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, com exceção do vereador Cássio Magnani Júnior, permitiu a entrada e leitura da proposição: Projeto de Resolução nº 114/2012, que “Autoriza a utilização do Quadro de Detalhamento da Despesa anexo nos termos da Lei nº 2.219/2011”. O Plenário, com exceção do vereador Cássio Magnani Júnior, dispensou pareceres e interstícios para votação da proposição. O Plenário permitiu a inclusão na pauta e leitura do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.182/2011, que “Altera a Estrutura Organizacional da Controladoria Geral do Município através da



criação das Unidades Administrativas e Cargos Públicos em Comissão indicados, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Sandro Lima, como relator da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, solicitou ao Senhor Presidente consulte o Plenário para a dispensa do parecer desta comissão e interstícios para a votação do projeto. O Plenário dispensou o parecer e os interstícios. O vereador Luciano Vitor Gomes justificou seu voto favorável afirmando que o projeto está na Casa há bastante tempo, tramitou pelas comissões e foram respondidas todas as solicitações de informações. Explicou que não estão antecipando o processo legislativo e registrou que justifica por coerência a seu posicionamento com os demais projetos que entraram na Casa e tramitarão nos prazos normais. O vereador Renato Faria Silva também justificou o voto favorável dele, dizendo que esta proposição não faz parte daqueles projetos de última hora que criticou. O vereador Marcelino Antônio Edwirges falou que considera prudente os três membros da comissão colocarem um ‘de acordo’ para que conste a assinatura deles na proposição. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

- 1) Projeto de Resolução nº 114/2012, que “Autoriza a utilização do Quadro de Detalhamento da Despesa anexo nos termos da Lei nº 2.219/2011”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 07 votos, abstenção do vereador Cássio Magnani Júnior, e encaminhado à promulgação;
- 2) Projeto de Lei nº 1.182/2011, que “Altera a Estrutura Organizacional da Controladoria Geral do Município através da criação das Unidades Administrativas e Cargos Públicos em Comissão indicados, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 07 votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os



requerimentos: 1) Aatoria do vereador Cássio Magnani Júnior: “Que seja enviada solicitação ao Sr. Prefeito Municipal no sentido da adoção de providências urgentes quanto à atual situação da área pública constituída pela Projetada Rua W, à altura da ligação entre as Ruas D. João VI e Vila Lobos, Vila São José, nesta cidade, a qual se encontra em verdadeiro abandono, com enorme matagal, local que vem se constituindo como ponto de evasão e refúgio de marginais e usuários de drogas, colocando em pânico e perigo toda a população local”. Aprovado por 08 votos; 2) Aatoria do vereador Renato Faria Silva: “Que esta respeitosa Casa realize um Debate Público para discutir Transporte Coletivo Público”. Em discussão, o autor falou que não esquece que a Saritur disse que são mentirosos naquele ofício encaminhado à Casa no qual afirmam que prestam um bom serviço. Esclareceu que convoca um debate público para que a Saritur venha discutir com a Câmara e com a população porque a superlotação que presenciou *in loco* é lastimável e vergonhosa. O vereador Marcelino Antônio Edwirges lembrou que encaminharam ofício à prefeitura solicitando fosse agendada uma reunião entre Legislativo, Executivo e Saritur, no entanto o prefeito nem teve a sensibilidade de responder. Afirmou que é absurdo e injusto, devem reforçar o pedido e exigir que as coisas aconteçam. O vereador Luciano Vitor Gomes parabenizou o vereador Tatico pela iniciativa louvável. Disse que será um pouco mais radical quanto a Saritur porque a empresa vem fazendo verdadeiros desmando, desrespeito e massacre ao povo de Nova Lima, pois para eles, no município, não existem vereadores, prefeito, nem secretário de transporte, assim fazem o que querem. Ressaltou que é hora de a Casa, dentro dos trâmites regimentais, montar uma CPI em cima da concessão da Saritur, pois acredita que a sociedade nova-limense clama por algo mais agressivo por parte dos vereadores,



os representantes da população. Falou: “Que saudade da Novalimense”, uma frase que nunca pensou que diria e significa um retrocesso. Afirmou que para ele a Saritur é lixo porque entrou na cidade para corrigir uma lacuna de irresponsabilidade e falta de compromisso com o povo e, agora, presta um serviço muito pior. Registrou sua indignação e destacou que é hora de montarem uma CPI para vasculhar o contrato de prestação de serviço da Saritur e, constatada a irregularidade, abrirem processo para que ela saia de Nova Lima e venha outra empresa capaz de trabalhar e dar retorno às pessoas que vão a Belo Horizonte e outras cidades para trabalhar ou estudar. O vereador Ailton Soares Amaral parabenizou o vereador Tatico. Recordou que também solicitaram que alguns horários de ônibus saiam da rodoviária de acordo com a lei, e ainda não foram atendidos. O vereador Cássio Magnani Júnior sugeriu ao autor do requerimento que na convocação feita à Saritur solicitem que ela apresente a planilha de composição da tarifa que é cobrada do usuário nova-limense. Ressaltou que se a Saritur não atender, devem acionar o DER e posteriormente tomar as medidas judiciais cabíveis. O vereador Renato afirmou que concorda com a sugestão do vereador Luck de transformar o requerimento em pedido de CPI, onde terão poder de polícia para exigir tudo da Saritur. O vereador Cássio alertou que um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito deve ser elaborado, fundamentado e formalizado, assim é necessário terem cautela. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques parabenizou o vereador Renato pela iniciativa, disse que o debate público é procedente, pois o mau atendimento ao povo causa preocupação e revolta. Sugeriu criar uma comissão de sindicância da Câmara com o objetivo de verificarem a concessão, a planilha tarifária e trazerem subsídios para o debate público, caso cheguem à conclusão de que está complicado, o segundo caminho pode ser uma



CPI. O vereador Cássio salientou que é ótima a sugestão da Comissão Parlamentar de Inquérito que pode, inclusive, chegar à conclusão de cassar a concessão, mas indiferente disto, devem utilizar o Poder Judiciário caso a Saritur insista em continuar não atendendo as solicitações dos vereadores. O vereador Renato destacou que o debate público é para discutir o transporte como um todo, inclusive a Via Ouro. Relatou que ficou sabendo que a Via Ouro cede ônibus para agente público na cidade, o que é complicado. Indagou como o agente público pede ônibus para Via Ouro e também fiscaliza, disse que é colocar raposa para tomar conta de galinheiro. O vereador Marcelino falou que se houver embasamento legal, podem contar com sua assinatura para a CPI, pois a Saritur desconsidera os legisladores do município. O vereador Renato registrou que há secretário que pede ônibus para os outros e depois não quer fiscalizar. O vereador Sandro Lima parabenizou o vereador Tatico. Falou que passou da hora, não devem fazer sindicância e sim uma CPI porque a concessão é obscura, a Saritur não se importa com a Câmara e trata os vereadores como se não fossem absolutamente nada. Registrou que para o Senhor Rubens Lessa os vereadores e nada são a mesma coisa. Encaminhou seu voto e assinatura para abertura de uma CPI contra a Saritur para investigarem a concessão. Requerimento aprovado por 08 votos. O vereador Luciano Vitor Gomes, considerando que foi aprovado somente o debate público, sugeriu que recolham assinaturas para a montagem de uma CPI em cima da Saritur. Comunicou que todos os vereadores assinarão e, em nome da Casa, solicitou à Assessoria Parlamentar que providencie a fundamentação necessária, inclusive utilize a experiência do vereador Cássio para dar fundamento e inicie o processo já; 3) Autoria do vereador Marcelino Antônio Edwirges: “Requer seja oficiada a Secretaria competente a construção de rede



de esgoto e canalização do esgoto a céu aberto localizado nas Ruas Colômbia, Otava, Kalanazo e Kalana no Bairro Jardim Canadá”. Em discussão, o Senhor Presidente passou a Presidência ao Vice e relatou: “As Ruas Colômbia, Otava e Kalana no Bairro Jardim Canadá, vou falar de conhecimento total, dezoito anos do governo Vítor Penido eles sofrem com isso. Eu consegui manilha emprestada e a construtora deu para eles. É coisa séria, uma calamidade mesmo, é onde fizeram a rede de esgoto. São três estações, uma para o lado de Brumadinho, outra depois do asfalto em frente ao Posto Chefão e a terceira do lado esquerdo, seriam três estações, mas apenas uma está pronta. Ali é uma bacia de onde não se consegue retirar a água, somente bombeando, então, eles ficam dentro de um rio e, quando chove, a água não tem para onde ir. Isto acontece há vinte e seis anos. Na semana passada ocorreu uma enchente, me procuraram, acionei o Secretário Gilson que teve a complacência e bondade de ir ao local, mostramos o que aconteceu. É necessário desapropriar uma casa, passar manilhamento total para fazer o escoamento. Nota dez para o vereador Marcelino Antônio Edwirges, vou votar, mas isso é coisa de vinte e seis anos, está passando da hora de resolver”. Reassumindo a Presidência, o Senhor Presidente informou que o requerimento foi aprovado por 08 votos. O vereador José Raimundo Martins ressaltou que não duvida da competência e honestidade de ninguém, mas assustou quando foi informado de que a iluminação de natal custou aos cofres públicos meio milhão, ou seja, quinhentos e dezoito mil reais. Afirmou que faz o requerimento para mostrar à sociedade e defender o Senhor Secretário Epaminondas. Propôs que solicitem ao Executivo o processo licitatório, edital, planilha e cópia do cheque do pagamento. Aprovado, 08 votos. O vereador Marcelino Antônio Edwirges propôs requerimento verbal solicitando à Secretaria



competente que efetue manutenção urbana na Rua C, Bairro Cristais. Justificou que a solicitação fundamenta-se na necessidade de desobstruir a citada rua, visto que a mesma encontra-se com o trânsito interditado em virtude de grande quantidade de asfalto depositada na via, o que está impedindo os moradores de guardarem ou retirarem seus veículos das garagens. O vereador Renato Faria Silva disse que o requerimento é bem vindo porque precisam explicar e discutir as intervenções com a comunidade. Esclareceu que os moradores estão apreensivos com os perigos decorrentes da queda do barranco. Relatou que o Secretário de Obras fez no local uma intervenção eleitoreira, uma gambiarra, colocou um corrimão na escada e, segundo moradores, a obra desviou a água para o barranco que posteriormente desceu. Salientou que estão dando muita asa para as pessoas caçarem voto, usando o poder público e fazendo obra irresponsável, sem técnica e com o risco de matar munícipes. Registrou que devem tomar cuidado ao fazer obras. Aprovado, 08 votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____